

Cosmovisão do Bem viver e o princípio político do comum no enfrentamento às crises socioambientais.

Camila Jorge Haddad - PROCAM-USP

Alana Belei - PROCAM-USP

Resumo

Este artigo pretende ensaiar um diálogo entre a vertente crítica das teorias sobre o comum e as leituras decoloniais sobre o bem viver, especialmente no que tange o enfrentamento à lógica da propriedade privada. Ele parte da hipótese de que, quando lidas em conjunto, essas teorias podem contribuir para uma melhor análise das novas estratégias de ativismo político, social e ambiental. A partir desse diálogo teórico, foram analisadas mobilizações sociais em torno da garantia de segurança alimentar de comunidades vulneráveis afetadas pela pandemia da COVID-19, em especial o caso do Mutirão pelo Bem Viver, realizado em diversas cidades do Brasil. A partir de dados secundários sobre essa iniciativa, foi possível identificar que, inspirados na cosmovisão do bem viver, esses movimentos se usam dos dispositivos do comum para extrapolar uma ação pontual de solidariedade e propor soluções para os territórios em que atuam.

Palavras-chave: comum, bem viver, lutas sociais.

Cosmovision of “Good Living” and the common as a political principle in the face of socio-environmental crisis.

Abstract

This article intends to rehearse a dialogue between the critical theories about the commons and decolonial readings about the “Good living”, especially on confronting the logic of private property. It starts from the hypothesis that, when read together, these theories can contribute to a better analysis of new strategies of political, social and environmental activism. Based on this theoretical dialogue, social mobilizations around the guarantee of food security for vulnerable communities affected by the COVID-19 pandemic were analyzed, in particular the case of the Mutirão pelo Bem Viver, held in several cities in Brazil. From secondary data about this initiative, it was possible to identify that, inspired by the cosmovision of “Good living”, these movements use the devices of the common to extrapolate a specific action of solidarity and propose solutions for the territories in which they operate.

Key-words: commons, good living, social struggles.

Cosmovisión del Buen Vivir y el principio político de lo común ante las crisis socioambientales.

Resumen

Este artículo pretende ensayar un diálogo entre la vertiente crítica de las teorías sobre comunes y las lecturas descoloniales sobre el buen vivir, especialmente en lo que respecta al enfrentamiento de la lógica de la propiedad privada. Parte de la hipótesis de que, leídas en conjunto, estas teorías pueden contribuir a un mejor análisis de las nuevas estrategias de activismo político, social y ambiental. A partir de este diálogo teórico, se analizaron las movilizaciones sociales en torno a la garantía de la seguridad alimentaria para las comunidades vulnerables afectadas por la pandemia COVID-19, en particular el caso del Mutirão pelo Bem Viver, realizado en varias ciudades de Brasil. A partir de datos secundarios sobre esta iniciativa, se pudo identificar que, inspirados en la cosmovisión del buen vivir, estos movimientos utilizan los dispositivos del común para extrapolar una acción concreta de solidaridad y proponer soluciones para los territorios en los que operan.

Palabras-clave: común, buen vivir, luchas sociales.

Introdução

Esse trabalho está sendo produzido durante um período de crise global. Os holofotes estão na crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19 e nas consequências econômicas decorrentes dela, contudo, qualquer análise um pouco mais cuidadosa nos permite reconhecer que essa crise não é causa e sim sintoma de outra maior, multidimensional, que temos vivido nas últimas décadas.

Podemos começar notando que a crise sanitária é reflexo também da redução global da biodiversidade, e que essa, por sua vez, é causada pela perda de habitat das espécies que se dá nos processos de expansão das fronteiras agrícolas e espraiamento urbano. Isso não só porque as cidades avançam sobre áreas de preservação, mas principalmente porque a própria lógica urbana é de redução da biodiversidade e expulsão dos não-humanos. Há ainda fortes indícios de correlação entre o aumento de doenças infecciosas e a crise climática mundial (BROOKS, 2020).

Além dos fatores ambientais, o desenrolar da pandemia escancara a questão da pobreza e das desigualdades. Estudos mostram como a Covid-19 mata desproporcionalmente os mais pobres e também a população negra. Segundo estudo publicado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio (2020), no Brasil, o percentual de pacientes pretos e pardos que vieram à óbito (54.78%) foi significativamente maior do que os brancos (37.93%). Já nos Estados Unidos, há

dados que mostram com clareza os efeitos raça e renda, tanto na contaminação como na quantidade de óbitos registrados (MILLETG et al., 2020; FINCH et al., 2020).

Do desmatamento à pobreza, percebemos um ponto de encontro: um modelo econômico de crescimento ilimitado e acumulação desigual. Nas palavras do geógrafo David Harvey (2012, s/p) "as crises têm raízes mais profundas, no problema do crescimento econômico perpétuo. É o que Marx chamava de inevitabilidade da acumulação pela acumulação e como essa acumulação perpétua pode ser resolvida." O que vivemos, na verdade, são elementos de uma crise multidimensional do modo de produção capitalista. (FRASER, 2017)

Para endereçar essa crise, será preciso nos engajar em lutas que tem por objetivo construir alternativas verdadeiramente emancipatórias. É a partir desse entendimento que esse artigo se desenvolve, com o objetivo de apontar a contribuição de dois conceitos que, apesar de terem pontos de partida teóricos distintos, convergem na construção de soluções: o bem viver e o comum.

Começamos, então, fazendo um apanhado desses dois conceitos - a partir de escolhas teóricas, visto que também são definições imprecisas ou em disputa - e em seguida construindo um possível diálogo sistemático entre eles, de forma a embasar futuras produções que tenham por objetivo analisar a realidade empírica de novos movimentos sociais, coletivos, e outras formas de luta política.

Uma vez construída essa proposta de quadro teórico, buscamos compreender em que medida ele pode ser elucidativo, fazendo uma breve análise de movimentos de ativismo que surgiram em resposta à pandemia da COVID-19. Foram diversas campanhas solidárias, mutirões, entregas de kits à famílias e pessoas em situação de rua, em especial com o objetivo de garantir a segurança alimentar de comunidades vulneráveis. Este trabalho irá se atentar a uma delas: o Mutirão pelo Bem Viver, realizado a partir de doze núcleos regionais em diversas cidades do Brasil. Serão levantadas informações a partir de reportagens, publicações em sites e nos canais de mídias sociais oficiais do Mutirão, de forma a identificar as estratégias utilizadas pelo movimento na construção de soluções locais para os problemas socioambientais exacerbados pela pandemia.

A cosmovisão do Bem viver

Em sua obra *O Bem Viver*, Alberto Acosta (2017) apresenta uma crítica ao desenvolvimento e ao paradigma desenvolvimentista, que, como ideia homogeneizadora, apaga a diversidade de modos de vida, histórias e memória. Então apresenta uma epistemologia do sul inspirada na cosmovisão dos povos andinos e amazônicos.

com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades em oposição ao conceito de acumulação perpétua [...] o Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida. (ACOSTA, 2017, p.33)

Essas visões alternativas se apresentam como resistência ao paradigma da modernidade eurocêntrica e a sua promessa de progresso. O cenário de múltiplas crises deixa cada vez mais explícita a necessidade de repensarmos nossa organização social, visão e posição no mundo e, para Quijano (2013), a América Latina tem papel central nesse processo.

A América Latina e população “indígena” ocupam um lugar basal, fundante, na constituição e na história da “Colonialidade” de Poder. Daí, seu atual lugar e papel na subversão epistêmica/teórica/histórica/estética/ética/política deste padrão de poder em crise, implicada nas propostas de Des/Colonialidade Global do Poder e do Bem Viver como uma existência social alternativa. (QUIJANO, 2013, p.10).

Portanto, faz-se necessário compreender o papel da América Latina na construção da modernidade que começou sua formação também há quinhentos anos, com o período da conquista Europeia e início da noção de progresso. Após a invasão da América pela Espanha em 1492, os espanhóis questionam a humanidade dos povos indígenas ao indagar se esses possuíam ou não alma, dando início ao primeiro debate racista da história (ACOSTA, 2017). Entretanto, Grosfoguel (2016) argumenta ter sido o “racismo religioso” o primeiro discurso racista do sistema-mundo patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista, já que fazia-se a classificação entre “povos com religião” e “povos sem religião” ou “povos com alma” e “povos sem alma”. No debate sobre a humanidade dos povos indígenas, o fato dos indígenas não possuírem senso de propriedade privada ou de mercado era um dos argumentos utilizados para classificá-los como povos sem alma. Já os que debatiam que os povos indígenas possuíam alma, afirmavam que se tratava de povos bárbaros que

necessitavam ser cristianizados. Assim, nascem os discursos racistas biológicos e culturais (GROSFOGUEL, 2016).

Dois mitos foram essenciais para legitimar a conquista e estabelecer o eurocentrismo. O mito do evolucionismo remete à ideia de que a trajetória de evolução de toda humanidade inicia-se em um estado de natureza e tem como meta final a civilização europeia, portanto a organização social europeia seria o destino de toda a humanidade. O segundo é o mito do dualismo, que reconhece as diferenças entre não-Europa e Europa, primitivo-civilizado, irracional-racional como de natureza racial e não como histórias do poder (QUIJANO, 2000). Portanto, a história era entendida como um processo evolutivo, desde o primitivo ao civilizado, do selvagem ao racional, do pré-capitalismo ao capitalismo, enxergando a Europa a si mesma como o futuro de todas as demais culturas e sociedades (QUIJANO, 1992). Com isso, “[...] excluímos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver [...]” (KRENAK, 2019, p. 23).

O mito do dualismo aparece no discurso feito pelo presidente estadunidense Harry Truman, em 1949, quando definiu a maior parte dos países como subdesenvolvidos. Se há países na categoria de desenvolvidos e outros abaixo dela, o desenvolvimento torna-se, então, um imperativo global, a meta a ser atingida por toda a humanidade. O problema maior em relação ao desenvolvimento está em seu conceito, não nos caminhos ao desenvolvimento. A partir do momento que se torna uma proposta global e unificada, as lutas dos povos subdesenvolvidos são ignoradas. Além disso, ao levar em consideração que mesmo nos países considerados desenvolvidos, há um “mau desenvolvimento”, é possível concluir que a lógica do sistema é o problema, sendo necessário superar o capitalismo junto de suas devastações sociais e ambientais (ACOSTA, 2017).

Acosta (2017) nos lembra uma passagem da obra “A riqueza das nações” de 1776, onde Adam Smith afirma que para haver grande propriedade, também haverá grande desigualdade e que para haver um único indivíduo muito rico, deverá haver no mínimo quinhentos muito pobres. Em oposição, na cosmovisão indígena, não existem conceitos de riqueza e pobreza e nem a existência de um processo linear de vida. Então, o Bem Viver traz uma visão renovada de que não importa tanto as coisas que possamos possuir na vida e sim o que fazemos pela vida das outras pessoas, enfraquecendo a ideia de que existe um objetivo universal do progresso em versão

produtivista. A essência do Bem Viver está no fortalecimento da comunidade e busca por equilíbrio em oposição ao crescimento desmedido, superando o tradicional conceito de desenvolvimento econômico ao acabar com a mercantilização da vida.

Assim, não basta lutar contra o modo de produção capitalista se não lutarmos contra as bases da colonialidade, sendo uma delas a propriedade privada. É nesse sentido que a ativista boliviana Julieta Paredes compartilha um relato sobre a reforma agrária vivida em seu território. Apesar de oferecer "acesso à terra", esse processo converteu todos os indígenas em camponeses, fazendo-os perder suas relações comunitárias (CHAVES, 2020). Nesse sentido, Julieta questiona a luta pela reforma agrária e afirma uma outra, para libertar a Mãe Terra da propriedade privada (AFIUNE; ANJOS, 2020).

O que seriam, então, as práticas sociais necessárias para a descolonialidade do poder, conseqüentemente para a construção do Bem Viver? Quijano (2013) ensaia uma resposta baseada nos seguintes elementos: i) há igualdade social de indivíduos heterogêneos e diversos; ii) as diferenças e as identidades dos indivíduos não são fonte para desigualdade social; iii) agrupações, pertences e identidades são produto da decisão dos próprios indivíduos; iv) há reciprocidade entre indivíduos e grupos na divisão do trabalho e distribuição dos produtos; v) distribuição igualitária de recursos e produtos; e vi) associação comunal da população mundial, em escala local, regional, ou globalmente.

Assim como Quijano, Acosta (2017) assinala que a construção do Bem Viver deverá ser feita "de baixo e de dentro", a partir de um processo autodependente e participativo. Aqui constrói-se a primeira ponte com as teorias sobre os comuns, especialmente da abordagem crítica, a qual será o foco deste artigo.

O comum contra a propriedade

Apesar de ter se tornado uma palavra de ordem, cada vez mais suscitada em debates sobre as questões socioambientais, o comum (ou os comuns) não tem uma definição única. Pelo contrário, há diferentes vertentes teóricas que discorrem sobre ele. Resumidamente, podemos identificar duas grandes correntes de pensamento sobre o comum: a liberal e a crítica. A primeira trata do comum como um tipo de

recurso que, apesar de limitado, costuma ser aberto ao uso de muitos¹. Levanta-se então um debate sobre os bens comuns, que se preocupa em investigar os modelos de organização, normas e regras – ou seja, os arranjos institucionais – que dão conta da gestão desse tipo de bem.

A principal expoente dessa perspectiva é a cientista política Elinor Ostrom, que buscou refutar a ideia de uma "tragédia dos comuns" que se tornava cada vez mais popular na década de 70, a partir da publicação de um artigo do ecologista Garrett Hardin. Preocupado com o sobreuso e a superexploração da natureza, Hardin argumenta que, se deixados aos cuidados dos indivíduos, que são guiados pelo auto-interesse, todos bens comuns se esgotarão. Para ilustrar seu pensamento ele traz a metáfora de um pasto de uso comum, onde cada criador, individualmente, tem incentivo para colocar mais gado para se alimentar. Fatalmente, como resultado, haverá uma degradação desse pasto, o que será ruim para todos os criadores.

Grande parte do discurso de Hardin (1968), que se preocupava com o crescimento populacional, foi apagada, e seu artigo passou a ser usado indiscriminadamente no discurso liberal em defesa da propriedade privada. E os bens comuns entraram para o vernáculo científico sempre identificados como tragédia.

Indo na direção oposta à Hardin, contudo, Ostrom e seus alunos fizeram centenas de estudos de caso, em todos os continentes, e a partir deles conseguiram demonstrar que muitas comunidades se auto-organizavam para usar, manter e gerir a longo prazo bens comuns como pesqueiros, pastos, bacias, sistemas de irrigação e até computadores mainframe. Mais ainda, seus estudos evidenciaram que, inúmeras vezes, a regulação estatal e a privatização tinham piores resultados na manutenção desses mesmos bens.

Para explicar o sucesso dessas comunidades, os trabalhos de Ostrom chegaram a oito "princípios de design", que sintetizam as características que se repetiam nos casos estudados, como, por exemplo, a existência de lideranças emergentes e a construção participativa das regras de gestão. O trabalho de Ostrom foi de extrema relevância, portanto, para mostrar que um conjunto de normas e instituições poderia estimular os indivíduos a superar o auto-interesse e adotar condutas cooperativas.

¹ Para economia tratam-se de bens rivais (o uso por uma pessoa diminui a oferta para as demais), e não excludentes (em que excluir alguém de seu uso é difícil ou indesejável).

Embora a pesquisa de Ostrom tenha trazido uma enorme contribuição para pensar o comum, a base ontológica de seus estudos é a teoria econômica neoclássica da ação racional. Em princípio ela não se opõe à propriedade em nenhuma de suas formas: o mercado e o Estado podem ser usados sempre que for constatado que são mais adequados para lidar com o desafio em questão. O uso e apropriação comunitários tornam-se, assim, apenas a alternativa mais eficiente dadas determinadas condições.

Por outro lado, a corrente crítica do comum parte da ideia de que estamos tratando de um princípio político, necessariamente anticapitalista. Para essa corrente, o comum não é um tipo de bem, nem um regime de propriedade, mas uma práxis política que emerge de movimentos contra os mais diversos cercamentos realizados pelo neoliberalismo.

Para Dardot e Laval (2016),

Se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma agenda positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e lutas do presente. O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9)

Para este artigo, foram analisadas, principalmente, as obras de quatro autores da perspectiva crítica: Antonio Negri, Michael Hardt, Pierre Dardot e Christian Laval. Inspirados principalmente pela prática dos movimentos antiglobalização – que tem como principal exemplo o ¡Ya basta! dos zapatistas no México, e seguem até acontecimentos recentíssimos como as greves estudantis pelo Clima, os movimentos pela reforma constituinte no Chile, e a marcha das mulheres indígenas no Brasil – suas abordagens na construção de uma teoria do comum não diferenciam as questões ambientais das políticas, econômicas e sociais.

Mais do que isso, a corrente crítica se aproxima da cosmovisão do Bem viver, na medida em que não coloca a humanidade separada da natureza, “seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se, antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 8).

Para Hardt e Negri (2001), o novo sujeito da resistência – que luta contra um capitalismo cada vez mais fluído, incorpóreo e descentralizado – é a multidão. Na

multidão, juntam-se aos trabalhadores fabris todos os explorados e expropriados: populações tradicionais, camponeses sem terra, trabalhadores urbanos precarizados, mulheres, a população LGBTQ+, todos em luta para se reapropriarem daquilo que lhes foi retirado: dos vínculos sociais e meios de comunicação, ao acesso à terra e conexão com a natureza (HARDT e NEGRI, 2016).

Dando particular ênfase ao trabalho cognitivo, Hardt e Negri (2016) entendem que o comum é tudo aquilo que é produzido pela multidão em relações de cooperação e compartilhamento, de forma autônoma e flexível. Nesse contexto, na mesma medida que é apropriado pelo capitalismo, o comum também alimenta suas contradições. Primeiro porque conecta os "trabalhadores" entre si, e com os "meios de produção" (câmeras, computadores, celulares), depois porque cria produtos que muitas vezes escapam aos modelos de propriedade. São produções em forma de arquivo digital, códigos, afetos, métodos, manifestações culturais, símbolos. Não à toa vemos aumentarem exponencialmente as disputas ligadas à propriedade intelectual.

Entretanto, para esses autores, o comum não é só o produto da ação da multidão mas também seu modo de produção, que eventualmente superará o capitalismo. É a troca, o compartilhamento, a cooperação, as relações distribuídas, e suas novas linguagens.

A partir da leitura de Hardt e Negri (2001, 2016), a produção e distribuição dos recursos são colocadas no centro dos debates, voltando o olhar, necessariamente, para a relação homem-natureza, inclusive no que tange à propriedade como princípio organizador dessa relação. Para eles, a produção do comum se dará a partir de lutas ora travadas em favor do público e contra o privado, e ora contra o público e pela autogestão, mas, nos dois casos, permeadas por experimentações alternativas de ordem política.

Nesse mesmo arcabouço, porém analisando de modo ainda mais profundo a questão da propriedade, estão os autores Pierre Dardot e Christian Laval (2016, 2017). Ao longo de duas obras – a Nova Razão do Mundo, e Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI – eles apresentam o comum como uma estratégia de enfrentamento à apropriação privada de todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida; como um antídoto à racionalidade neoliberal, da competição de todos contra todos, e de nós contra nós mesmos.

De forma análoga à Hardt e Negri, Dardot e Laval veem o comum como as práticas políticas de um conjunto múltiplo de atores, práticas essas que também são experimentais e radicalmente democráticas. A grande contribuição destes autores, contudo, é a definição do comum como a práxis instituinte do inapropriável. Não se trata apenas de uma prática, mas uma prática que constrói um direito. E esse direito é antagônico ao direito de propriedade.

Para os autores, se tudo é passível de ser apropriado, e toda a nossa estrutura é moldada pela propriedade, seja ela pública ou privada, um novo modo de produção só poderá se concretizar se instituímos o direito do inapropriável.

Um direito do comum, portanto, não se basearia em um regime de propriedade alternativa, como a propriedade comunitária, mas em um direito que se oponha à ela. Um direito de uso expandido, que inclua o direito de governo², e que proíba o direito ao capital (que é o direito de alienar, consumir, estragar).

Surge, então, uma "estratégia" convergente que aparece para todos os autores da vertente crítica: a ação de comunar, ou o modo de vida de um "*commoner*", autodirigido e profundamente democrático (AMADEU e SAVAZONI, 2018). Essa autodireção, mais do que uma participação em processos democráticos de gestão desse ou daquele bem, se parece mais com o conceito de soberania, muito suscitado por diversos povos originários. Para isso, incorpora as pessoas nos processos políticos constituintes, ou seja, de construção dos direitos.

O objetivo final de comunar não é melhorar a relação de uma coletividade com um dito recurso em termos de eficiência e perenidade, mas construir um processo político e social em torno de equidade e justiça, aqui entendidas de forma mais ampla, incluindo também os não-humanos e os direitos da natureza (Gudynas, 2016).

O comum e o bem viver: uma aproximação

A partir de um diálogo entre a cosmovisão do Bem Viver e a corrente crítica do comum, pretende-se demonstrar que é possível construir uma visão mais apurada da crise multidimensional que vivemos, assim como desenhar pontos de convergência sobre sua superação.

² Dardot e Laval usam governo ao invés de gestão, pois entendem que não se trata apenas de tomar decisões, mas de definir as normas e o processo de alteração das normas.

As cosmovisões indígenas apresentam a Mãe Terra como viva, detentora de direitos, e a humanidade como indissociável do território: aquilo que denominamos animais, biodiversidade, rios, montanhas, ventos, chuvas e suas interrelações. Ao repensar a relação humanidade-natureza, também a partir de uma lógica de não-separação, o comum nos apresenta um modo de produção, ou melhor, modos de produção, que "traduzem" essa cosmovisão à realidade hegemônica de populações vulneráveis em contextos urbanizados, financeirizados e com pouca ou nenhuma autodeterminação.

Ainda, o comum apresentado por Dardot e Laval nos orienta a lutar pela instituição do inapropriável. Os mesmos animais, rios, montanhas, e a própria terra, deixam de ser objetos de apropriação, e passam a ser sujeitos de uma relação. Ataca-se assim um dos pilares fundantes da modernidade colonial, que é a propriedade em qualquer uma de suas formas.

Se no Bem viver o centro desloca-se do indivíduo para as relações comunais, entendemos também que construir o comum só é possível em comunidade, em um processo augestionado, democrático e inerentemente político.

Por último, a luta do Bem viver contra a homogeneidade, pode ser traduzida pela multidão de corpos diversos que, apesar de realidades, demandas e lutas distintas, quando em relação produzem símbolos, afetos e subjetividades que levarão, em última instância, à sua emancipação.

Na convergência entre a visão do Bem Viver e as ferramentas políticas do comum é possível encontrar possibilidades múltiplas de ação, de coletivos, movimentos e organizações da sociedade civil.

Quadro 1. Quadro teórico Bem viver e Comum

	Bem viver	Comum
Visão contra hegemônica	O bem viver tem como centro uma crítica radical à modernidade colonial. O objetivo é estabelecer uma visão onde outros modos de vida, baseados em outras epistemologias, são possíveis. Nesse sentido ela luta contra a homogeneização "ocidental", que	As teorias críticas do comum se restringem ao modo de produção capitalista e na racionalidade homogeneizante do neoliberalismo. Elas ganham profundidade se incorporarmos a ideia do Bem viver e estabelecer

	gera todas as opressões que vivemos (de classe, raça, gênero, etc).	possibilidades fora do escopo das instituições coloniais.
Relação homem-natureza	Visão: Interdependência e interrelação. Não é possível pensar a humanidade separada de forma isolada.	Ferramentas: a construção de um direito do inapropriável.
Relação indivíduo x coletivo	Visão: o centro da vida são as relações coletivas, tudo é construído "de baixo e de dentro".	Ferramentas: organização política das comunas, e organização produtiva das cooperativas/associações de produtores.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

No Brasil, a crise gerada pela pandemia agravou as desigualdades e a fome. Com isso, observa-se diversas iniciativas organizadas por atores sociais para combatê-las, seja através de doações de cestas básicas ou distribuição de marmitas. Dentre elas, pode-se citar “Tem Gente com Fome”, “Corona no Paredão”, “Fundo Solidário Mães da Favela”, “Chega de Fome”, “Unidos do Bem” (OLSEN, 2021)

Para fazer um primeiro uso do quadro teórico aqui proposto, nos detivemos a analisar um destes movimentos: o “Mutirão do Bem Viver em resposta a pandemia”. Essa iniciativa de âmbito nacional arrecada doações financeiras para a compra de alimentos agroecológicos produzidos em locais de resistência e distribuição de cestas às populações em situação de rua, moradores de periferias e territórios vulneráveis. Todo o trabalho é feito por voluntários e tem por objetivo conectar dois grupos extremamente afetados pela pandemia: pessoas passando fome e pequenos produtores agroecológicos que não tem como escoar sua produção por conta das restrições implantadas em combate ao COVID-19. A primeira fase do projeto consiste em comprar esses alimentos com o valor arrecadado por doações, montar cestas e distribuir em territórios sofrendo com escassez alimentar. Só no primeiro semestre de 2020 foram entregues 4000 cestas de alimentos para famílias distribuídas em 78 territórios de 17 estados (OLIVEIRA, 2020).

Para a segunda fase do projeto, visa-se estabelecer diálogos com os moradores dos territórios atendidos para entender as principais urgências de cada região e poder auxiliá-los em suprir essas necessidades. A construção de cozinhas e hortas

comunitárias está entre os principais focos dessa fase. Nota-se, assim, que o movimento não se caracteriza apenas como ação assistencial, mas também de emancipação desses territórios.

Em entrevista para o jornal Brasil de Fato, voluntários do movimento mencionam a necessidade de reorganização da produção de alimentos, de forma mais local e menos global, o que ajudaria a diminuir as distâncias de transporte e consumo de energia, possibilitando uma agricultura mais saudável, que respeite os ciclos da natureza e os produtores. (OLIVEIRA, 2020)

Sendo assim, o Mutirão pelo Bem Viver visa quebrar o paradigma da produção em escala e mudar a lógica da cadeia de produção e consumo alimentar, contribuindo para a criação de um novo sistema alimentar com consumo de alimentos saudáveis (orgânicos) e produzidos localmente. Ademais busca olhar para os espaços marginalizados, como as favelas e periferias, a partir de suas potências como forte senso de comunidade, cooperação e compartilhamento, características essenciais para a construção do comum. (TONUCCI e CRUZ, 2019)

Os objetivos de construção coletiva da segunda fase também se mostram alinhados com a necessidade de recuperação das relações comunais que a construção do Bem viver e dos comuns exigem. Pode-se encontrar exemplos práticos já acontecendo em diferentes territórios onde a iniciativa atua.

Na regional do estado do Paraná, houve a realização de eventos para distribuição de sementes crioulas, mutirões de plantios, atividades educativas com as crianças das comunidades e articulação de um mutirão de bioconstrução. Já no estado de São Paulo, foi iniciada uma cozinha comunitária no Jardim Paraná, na capital, e uma horta comunitária no Jardim Itatiaia, em Campinas, onde foram plantadas coletivamente centenas de mudas recebidas de doações. A regional do Ceará deu início a segunda fase através da mobilização do desenho e cultivo de uma agrofloresta na Aldeia da Mangabeira, território que sofreu um incêndio ilegal em outubro de 2020 (MUTIRÃO PELO BEM VIVER, 2021). Além da recuperação do senso de comunidade, essas ações resgatam a integração entre seres humanos e natureza.

Outras ações do movimento estão diretamente ligadas à luta pelo acesso à terra e enfrentamento à propriedade privada. Na Bahia, está sendo construída uma horta comunitária dentro do Parque Metropolitano de Pituacu, local de preservação da Mata Atlântica, rico em fauna e flora, que vem passando por negociações pelo Governo do

Estado da Bahia, sem consulta pública, para privatização do parque. (MUTIRÃO PELO BEM VIVER, 2021).

Por fim, ao fazermos uma breve análise dessas ações do Mutirão do Bem Viver, aqui escolhido como um dos exemplos dos muitos movimentos da sociedade civil brasileira em resposta à pandemia de COVID-19, a partir do quadro teórico proposto, nota-se que a iniciativa tem uma visão ampla de transformação social. A partir de uma questão emergencial de segurança alimentar, foram desenhadas ações "de baixo e de dentro" que inter-relacionam questões ambientais, sociais e econômicas, como estratégia para uma nova luta anticapitalista.

Reflexões finais

A pandemia da COVID-19 exacerbou muitos dos desafios que já vivíamos. Especialmente no Brasil, junto à crise sanitária, vimos crescer a desigualdade no acesso a direitos básicos como alimentação, saúde e educação. Ademais, ampliaram-se as práticas de degradação ambiental, a grilagem e o sufocamento das populações tradicionais. Contudo, na mesma medida em que a complexidade dos desafios muda, mudam também as formas de organização popular e os movimentos de resistência.

De forma a contribuir com as análises desse novo momento, construímos um diálogo entre as teorias do Bem Viver e do comum, sendo a primeira inspirada na cosmovisão dos povos indígenas latinos, e a segunda construída a partir de uma interpretação das lutas anticapitalistas contemporâneas. Enquanto uma nos provoca e abandonar as interpretações - e as soluções - coloniais sobre os problemas socioambientais, a segunda nos ajuda a construir novas ferramentas de luta e emancipação.

Foi a partir desse entendimento que analisamos o movimento Mutirão pelo Bem Viver. A palavra "mutirão", do tupi antigo, significa "trabalho coletivo pelo bem comum". Tanto no nome, como nas práticas, o Mutirão pelo Bem Viver nos mostra como uma aproximação dos comuns com o Bem Viver, aplicados às práticas sociais de trabalho coletivo e luta política, possibilitam a criação de novas formas de produção, consumo e até mesmo de existência, que combatam as desigualdades sociais e a exploração ambiental, indo na contramão das práticas hegemônicas atuais.

Referências bibliográficas

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. 2a ed. Brasil: Editora Elefante, 2017.

AFIUNE, G.; ANJOS, A. B. “Temos que construir a utopia no dia a dia”, entrevista com ativista boliviana Julieta Paredes. **Agência Pública**. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes>. Acesso em 19 de julho de 2021.

BRINGEL, B. Cuidar la vida: crisis ecosocial y horizontes de futuro. **Latinoamerica 21**, 2020. Disponível em <https://latinoamerica21.com/es/cuidar-la-vida-crisis-ecosocial-y-horizontes-de-futuro>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

BROOKS, D. Climate Change and Emerging Infectious Disease. Palestra na City College of New York, em 15 de abril de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/A2686h1hSzw>.

CHAVES, K. A. ‘Hacia la Comunidad, Siempre’, os Caminhos do Feminismo Comunitário: Entrevista com Julieta Paredes. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 286 - 298, 2020. ISSN 2177-2886.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FINCH, W.H.; FINCH, M. E. H. Poverty and Covid-19. **Frontiers in Sociology**, 2020. Disponível em: www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsoc.2020.00047/full. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

FRASER, N. Why two Karls are better than one: integrating Polanyi and Marx in a Critical Theory of the current crisis. **Working Paper** der DFG-Kollegforscherinnengruppe Postwachstumsgesellschaften, Universität Jena, 2017.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, abr. 2016.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2016.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science** v. 162, pp. 1243-1248, dez. 1968.

HARDT, M; NEGRI, A . **Declaração – isto não é um manifesto**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

HARDT, M; NEGRI, A. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, M; NEGRI, A. **Bem-estar Comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, D. Até agora, o combate à crise resolveu a situação de uma minoria, que acumula grandes riquezas à custa da maioria. **Revista Desafios do Desenvolvimento - IPEA**. ano 9, edição 71, p. 10-21, 2012.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1a ed. Brasil: Companhia das Letras, 2019.

MILLETG. A.; JONES, A. T.; e BENKESER D.; et al. Assessing differential impacts of COVID-19 on black communities. In: **Annals Epidemiology**. v. 47, July 2020; 37-44. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.annepidem.2020.05.003>. Acesso em 22 de novembro de 2020.

MUTIRÃO DO BEM VIVER. **Destaques das regionais**. Disponível em: <https://www.instagram.com/mutiraopelobemviver/?hl=en>. Acesso em 01 de agosto de 2021.

NÚCLEO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE DA PUC-RIO. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. Disponível em: <drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkklvkydO>. Acesso em 22 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, C. Mutirão do Bem Viver compra de agricultores e doa para populações vulnerabilizadas. **Brasil de Fato**, 15 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/15/mutirao-do-bem-viver-compra-de-agricultores-e-doa-para-populacoes-vulnerabilizadas>. Acesso em 29 de julho de 2021.

OLSEN, Natasha. Como ajudar a combater a fome no Brasil? **CicloVivo**. 23/04/2021. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/vida-sustentavel/alimentacao/como-ajudar-a-combater-a-fome/>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

QUIJANO, A. Colonialidade e Modernidade/Racionalidade. In: **Los conquistados**. Tradução: Wanderson Flor Do Nascimento. Bogotá: Tecer Mundo Ediciones, 1992. p. 437–4449.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Argentina: CLACSO, 2000. p. 201–246.

QUIJANO, A. “Bem viver”: entre o “desenvolvimento” e a “des/colonialidade” do poder. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 37, n. 01, p. 46–57, 1 jul. 2013.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; CRUZ, M. M. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, V.21, N.3, p.487-504, Set.-Dez. 2019.